



## **CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA EDUCATIVA EMANCIPATÓRIA NAS PERSPECTIVAS DO DIREITO PÚBLICO E PRIVADO -UMA ANÁLISE TEMÁTICA REFLEXIVA VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

ANTONIO DOMINGOS ARAUJO CUNHA

**Introdução:** Os modelos educativos que logram posições destacadas no cenário internacional na atualidade - Finlândia e Coreia do Sul, revelam que o caráter eminentemente público das escolas em todos os níveis de educação, se posicionam exatamente alinhados com os objetivos da Educação para Todos - EFA - proposto pela Organização das Nações Unidas. Ou seja, atingem a todos e proporcionam desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico. No entanto, a Educação vista na perspectiva negocial em muitos países desobriga a sociedade civil à condição da gratuidade educacional, como Direito Social, privatizando sua gestão e consequentemente focando a desigualdade e diferença como feridas sociais presentes ao largo dos séculos. **Metodologia:** Vale-se de revisão bibliográfica para tanto e de dados quantitativos para tecer as considerações, território este, de atuação profissional e acadêmica do autor. **Objetivos:** Este artigo se propõe a analisar o envolvimento das relações jurídicas contemporâneas que torna o entrelace dos setores público e privado, bilateralmente, na defesa dos interesses pessoais, comunitários, sociais e governamentais. **Resultados:** O aporte teórico verificado sustenta a discussão ou seu estado de arte, no contexto bilateral da educação em ambos os territórios jurídicos, bem como suas controvérsias doutrinárias emergentes em diferentes perspectivas de análise. **Conclusão:** A temática inspira o envolvimento cidadão na construção de políticas públicas condizentes com as necessidades humanas emergentes e transindividuais, bem como mecanismos de regulação social por meio de ampliação das modalidades de participação cidadã e cidadina, reforçando o compromisso sociojurídico com as gerações futuras em termos de sustentabilidade, especialmente no desenvolvimento do potencial humano, na seara pública e privada, via parcerias que possam reforçar os compromissos das agendas locais e globais promovendo a emancipação e melhor formação da chamada "Geração Z".

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA; DIREITO PÚBLICO E PRIVADO;  
DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS; POLÍTICAS PÚBLICAS; SUSTENTABILIDADE**